

da Capitania, de que, de fato, Campinas já podia ter o seu pelourinho, símbolo, em todas as vilas, da autonomia municipal e da justiça colonial. E entre essas razões, dizia o bom do vigário que os campineiros se sentiam prejudicados em servir à câmara de Jundiáí, pois devido à distância não pequena, eram obrigados ao abandono de suas lavouras, o que lhes acarretava grandes prejuízos, visto serem todos eles “engenheiros”, isto é, possuidor de engenhos.

*
* *
*

6. ESPERANÇA DE MELHORES DIAS*

Em duas fases distintas pode ser dividida a história paulista no século XVIII: a primeira, do início do século até 1748 e a segunda, de 1765 em diante. Separando-as, um espaço de dezessete anos em que a capitania de São Paulo perdeu sua autonomia administrativa, tendo sido simplesmente anexada ao Rio de Janeiro para constituir a **Repartição Sul do Brasil**.

Caracterizou-se a primeira pelo que se pode chamar de bandeirismo ocidental, em que os paulistas, em consequência do desastre dos Emboabas, lançaram as vistas para o enorme “far-west” continental, empreendendo a conquista dos territórios hoje pertencentes a Goiás e a Mato Grosso e explorando seus ricos veios auríferos. Pouco se beneficiou São Paulo da expansão bandeirante, como é sabido. O povoamento e conseqüente desenvolvimento das regiões de mineração tornaram-nas dentro em pouco capitanias autônomas, destacadas de São Paulo, de maneira que, ao atingir os meados do século XVIII, a primitiva capitania paulista vê-se reduzida a menos de um terço de sua área original. O despoamento — quantitativo e qualitativo — que sofre a capitania com a corrida para as minas leva-a a tais condições de decadência, que redundou na sua própria extinção. Em 1748 desaparecia, pois, a Capitania de São Paulo, simplesmente anexada ao governo do Rio de Janeiro.

Dezessete anos perdurou esta situação, único hiato em toda a história administrativa de São Paulo. Em 1765, era novamente restaurada a capitania paulista, compreendendo apenas o atual território do Estado de São Paulo e mais o Paraná, que este, só em 1853, portanto já no Segundo Reinado, seria constituído em província autônoma, o último dos muitos “cortes” sofridos por São Paulo durante sua história quadrissecular.

(*) O primeiro esboço deste capítulo foi publicado no “Diário do Povo”, Campinas, em 21 de março de 1937, com o título “O Estado Geral da Capitania Paulista e da Vila de São Carlos (séc. XVIII)”. Para esta reprodução foi a matéria revista e as fontes, atualizadas.

Esta nova fase, o chamado "São Paulo restaurado", representa um dos momentos mais importantes de nossa história. Já tem merecido alguns estudos valiosos (Américo de Moura, Caio Jardim, Heloísa Bellotto...)¹, mas a conjuntura sócio-econômica que justificou a restauração da capitania só nos últimos anos mereceu estudo mais aprofundado, com a obra da Professora Maria Thereza Schorer Petrone, na qual vem estudado exaustivamente o "ciclo paulista do açúcar", que já merecera de Alfredo Ellis Júnior algumas páginas valiosas.² Mas coube à Professora Petrone estudá-lo em profundidade, ressaltando com propriedade o que representou para São Paulo o mencionado período, que teve a ilustrá-lo, nos seus primeiros dez anos, a figura ímpar do Morgado de Mateus, figura realmente excepcional nos quadros da administração portuguesa da época. Como imbuído do espírito iluminista que explica a presença de Lavradio no governo do Brasil e de Pombal no governo da metrópole, o Morgado veio para São Paulo com um programa de ação que marcou o ponto de partida do desenvolvimento paulista.

Todavia, faltou uma continuidade ao governo esclarecido do Morgado de Mateus, como faltou a Lavradio e faltou a Pombal. Terminado o período de dez anos de seu governo, veio a São Paulo nova avalanche de maus governos: ao Morgado, seguiu-se, o governo brutalmente tirano, soberanamente incapaz e grosseiramente caluniador de Martim Lopes; depois, o governo transitório e incolor de Cunha Menezes, ao qual seguiu-se o nulo Chichorro da Gama Lobo com um governo efêmero; Bernardo José de Lorena, se bem que realizasse algumas obras importantes, não primava muito pelo caráter e bem conhecidas são suas aventuras; e, para finalizar o século, o incoerente e contraditório Antônio Manuel de Melo Casto e Mendonça, que vinculou seu nome, contudo, à bibliografia paulista, elaborando bem feita sinopse da situação estatística e administrativa da capitania, a fim de servir ao seu sucessor Franca e Horta.³

(1) Moura Américo de — **O governo do Morgado de Mateus**, em "Rev. do Arquivo Municipal", v. 52, São Paulo, 1938; Jardim, Caio, **A Capitania de São Paulo sob o governo do Morgado de Mateus**, em "Rev. do Arquivo Municipal", v. 53, São Paulo, 1938; Bellotto, Heloísa L., **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo**. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979 (Col. "Textos e Documentos", v. 36)

(2) Ellis Jr., A. — **A economia paulista no século XVIII** (em colab. com Myriam Ellis), São Paulo, 1950. Boletins da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da Univ. de São Paulo, nº 115, série "História da Civilização Brasileira", vol. 11); reed. pela Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1979 (Biblioteca Academia Paulista de Letras, v. 11).

(3) Melo Castro e Mendonça, Antônio Manuel — **Memória econômico-política da Capitania de São Paulo**, tomo XV dos "Anais do Museu Paulista". São Paulo, 1961; e **Memória sobre os objetos mais interessantes da Capitania de São Paulo entregue ao Ilmo. e Exmo. Sr. Antônio José da Franca e Horta**, no tomo XVIII da mesma publicação, São Paulo, 1964. A primeira parte desta última memória já havia sido publicada em **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**, vol. 44, pp. 129/157. São Paulo, Arquivo Estadual, 1915. Sobre os escritos de Melo Castro, v. Taunay, Afonso de — **Ensaio de história econômica e financeira**, tomos XV e XVI dos "Anais do Museu Paulista", São Paulo, 1961/1962; e Matos, Odilon Nogueira de — **Fontes para a história de São Paulo numa conjuntura de transição**, em "Memória da III Semana da História", pp. 213 e 223, Franca, 1981.

Em Campinas, como reflexo do que ocorria no resto da capitania, enorme era o atraso nos fins do século XVIII. À míngua de recursos lutavam os campineiros com as doenças que constantemente os assolavam. Sem um professor que lhes ministrasse as primeiras letras, viviam imersos na maior ignorância. Sem engenheiros que lhes demarcassem as propriedades, não tinham a menor noção dos seus limites. Lutavam com a falta de água e com a pobreza da agricultura, e ainda não tinham visto o juíz de medições havia tantos anos pedido, reclamado e prometido.

Tal estado, porém, não duraria muito tempo. No último ano do século XVIII, a rainha D^a Maria começou a compreender que os seus súditos do longínquo São Paulo, que sempre haviam dado provas da maior fidelidade à coroa, não podiam continuar em tal situação. E não demorou em beneficiar a capitania. Não esqueceu as vilas do interior e, com relação à nossa Campinas, então Vila de São Carlos, determinou uma série de medidas que veio contribuir para um progresso mais rápido e para maior comodidade dos seus habitantes. Determinou, assim, que se estabelecessem na vila de São Carlos dois engenheiros topógrafos para medição e demarcação das terras e levantamento dos seus mapas: um engenheiro encarregado dos serviços de águas e irrigação; um contador para cuidar do erário público e, finalmente, um médico e um cirurgião para que os campineiros não sofressem tanto com as doenças que, muito comuns na época, os assolavam sempre, como, por exemplo, a varíola ou “doença das bexigas” que, por mais de uma vez, fez sérios estragos na população. Determinou, ainda, que se experimentassem novas culturas, além da cana-de-açúcar, que era praticamente a única fonte de renda, e para que esta experiência produzisse os frutos desejados, recomendou o emprego das “máquinas agrícolas”, os arados havia tanto tempo prometidos pelo governador da capitania. Tantos melhoramentos, certamente, dariam um grande impulso à atrasada vila sancarlense.

Era a primeira deliberação emanada diretamente da Rainha em benefício de Campinas. Não podia a Câmara deixar de agradecer tão altos favores. Mas não souberam os camaristas como o fazer! Acharam, finalmente, que o melhor meio de testemunhar seu agradecimento era louvar a Deus por lhes ter dado tão piedosa soberana, possuidora de todas as virtudes! E a 27 de maio de 1800, os referidos camaristas escreveram ao governador da capitania, por cujo intermédio receberam os favores reais, a carta que a seguir transcrevemos, conservando, pelo pitoresco, a ortografia original. Escrita a Antônio Manuel de Melo Castro, o original encontra-se no Arquivo do Estado.

“Recebemos a respeitável Carta de va. Exa. na datta de 12 de Março do Corrente anno, emque nos participa a Real Intenção de S. Mage., que instigada no dezelo defelicitar os seus Vasalos, como piedosa May, lhes procura com incançavel desvello todos os meynos da sua subsistencia, e Comode., disto

nos acaba dedar huma evidente prova, querendo que se estabelecção pensois convenientes a dois Engenheiros typographicos (sic), a dois Engenheiros hydraulicos, ahum Contador, ahum Medico e ahum Cerurgião, afim deq. seposão formar com facilidade. os Mapas gerais e particulares; segurar efixar os limites das Sesmarias, conduzir agoas, e estabelecer Canais, e maquinas de beneficio, e aumto. da cultura, e finalmente evitar os funestos acontecimentos que setem experimentado com falta dequem lhes administre eaplique com acerto os medicamentos necessarios nas suas enfermidades. Avista doque, não cabendo na debilidade das nosas forças outro signal de reconhecimento, egratidão mais doque louvar, edar imensas graças ao Supremo Deus, que nos deparou huma Soberna Rainha Nossa Senhora, que possui todas as virtudes no auge da perfeição, erdadas de Seus Augustus Predecessores, que gozão da Bemaventurança Eterna; nos prostramos aos Ilustres pez de va. Exa. pela pessoa do noso Procurador o Sargto. Mor Manuel José Gomes, aquem ordenamos que realize os nossos puros sentimentos, conformandose pelo poder, que lhe transferimos com as direcçõins de va. Exa. afim deque se execute a Real ordem de S. Mage., quetem por unico objecto afelicidade de seus vasalos”.

*

7. NAS PLACAS DAS RUAS, UMA LIÇÃO DE HISTÓRIA *

Em tempos que já vão bem longe — lá por 1934 ou 35 — uma das nossas preocupações cada vez que em nossa casa aparecia algum parente ou amigo de fora, era levá-lo ao velho viaduto sobre os trilhos da **Paulista** e dali fazê-lo descortinar um belo panorama, possível naquela época quando Campinas ainda não possuía edifícios altos a impedir a visão do horizonte. Fazíamos o nosso visitante contemplar, daquele ponto, todo o **Chapadão**, com suas ruas já traçadas, mas ainda sem calçamento, ocupando toda a suave inclinação que ia dos trilhos da **Mogiana** até o alto do espigão, onde corre atualmente a Avenida Francisco José de Camargo Andrade. Era — dizíamos orgulhosamente — o futuro bairro residencial de Campinas. “Mas, tão longe ?” era a invariável pergunta. Naquela época, de fato, o Gunanabara era praticamente o limite da cidade, na direção indicada. Além, apenas os arruamentos projetados, num bonito traçado, e apenas com uma ou outra casa de alguém com vocação para pioneiro. E quando soprava o vento, naqueles dias parece que mais violento que hoje, pois a cidade era mais aberta, era a nuvem de poeira que quase ocultava o traçado das ruas.

Um dia, dez ou doze anos depois, a Prefeitura construiu, no ponto mais alto do espigão, uma caixa d’água elevada, dessas que na nomenclatura das repartições de água se chamam “castelos d’água”, ou simplesmente “castelos”. Nessa altura, o bairro já se apresentava razoa-

(*) Publicado com o título **Figuras da história primitiva de Campinas**, em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, nº 91, pp. 258 a 262, Campinas, julho de 1978.